

## Egipto agrava penas de prisão contra excisão feminina

06 Dezembro 2016



UMA lei que aumenta de dois para 15 anos de prisão a pena máxima contra quem praticar a excisão feminina entrou em vigor no Egipto, onde a mutilação genital feminina (MGF) continua a ser praticada apesar de proibida.

O Ministério da Saúde indicou num comunicado domingo divulgado, que os seus funcionários vigiarão as clínicas e hospitais privados para garantir a aplicação da nova lei, que entrou em vigor a 29 de Novembro último.

A excisão feminina, ablação parcial ou total dos órgãos genitais externos, é uma tradição que remonta ao tempo dos faraós, sendo visto como o costume de “purificar” as mulheres em relação à tentação sexual.

Ilegal a não ser em caso de “necessidade médica” e passível desde 2008 de uma pena máxima de dois anos de prisão, a excisão continua a ser largamente praticada no Egipto, em particular nas zonas rurais e por motivos religiosos.

Segundo a nova lei, “qualquer pessoa que pratique excisão numa mulher” pode ser condenada a cinco a sete anos de prisão e se a operação “resultar numa invalidez permanente ou morte” o ou os responsáveis podem ter uma pena máxima de 15 anos de reclusão.

O texto prevê igualmente uma pena de um a três anos de prisão para quem obrigue uma mulher a fazer a operação, o que pode afectar os familiares.

Em Janeiro de 2015, um médico foi condenado a dois anos e três meses de prisão por ter praticado uma excisão que resultou na morte de uma adolescente. Foi o primeiro veredicto do género desde a interdição de 2008 e o médico só esteve preso três meses.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) contou em 2014 125 milhões de vítimas de excisão, praticada em 29 países de África e do Médio Oriente.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 30 milhões de raparigas arriscam-se a ser vítimas da mutilação genital nos próximos 10 anos. – LUSA

**<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/internacional/63310-egipto-agrava-penas-de-prisao-contra-excisao-feminina.html>**